

PROTECÇÃO CIVIL MUNICIPAL



O ELO MAIS FRACO!

Protecção Civil

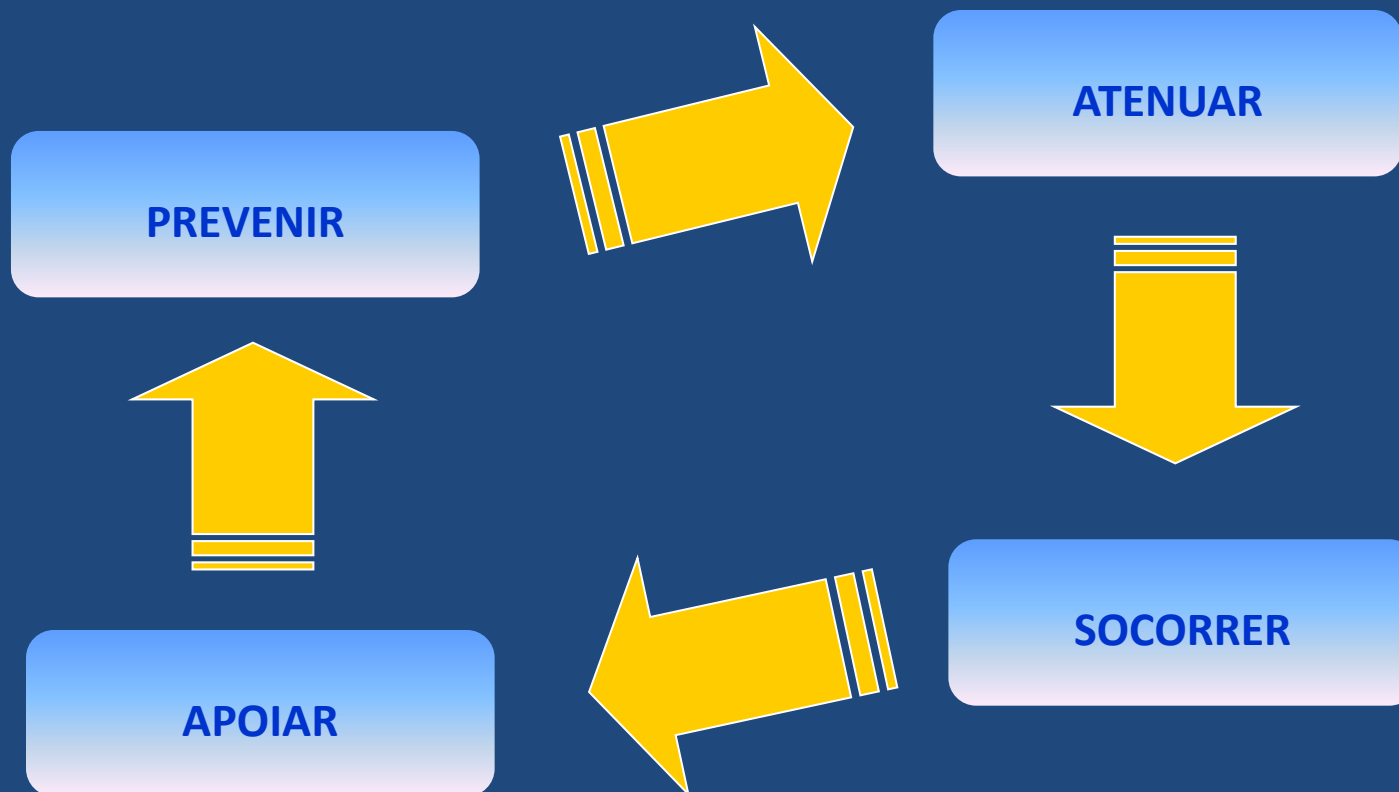
Actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas...com a finalidade de prevenir ...acidentes graves e catástrofes....e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo... (nº1 do art.º 1 da Lei 27/2006 de 3 de Julho).

Quais os objetivos e domínios da Protecção Civil?

Como está organizada a nível Nacional?

Como se organiza a nível Municipal?

O nível Municipal é o elo mais fraco do sistema?



Objetivos da Protecção Civil (Nº1, artº 4 da Lei 27/06, 03 de Julho).

DESAFIOS PARA A PROTECÇÃO CIVIL



ESTRUTURAS DE DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO POLITICA

NÍVEL	DIRECÇÃO POLITICA	COORDENAÇÃO POLITICA
NACIONAL	Secretário Estado Protecção Civil por delegação do Ministro Administração Interna	Comissão Nacional Protecção Civil (presidida pelo Ministro da A. Interna)
DISTRITAL	Secretário de Estado P. Civil, coadjuvado pelo CODIS(artº 34, da Lei nº 80/2015 de 3 de agosto)	Comissão Distrital Protecção Civil (presidida por um dos três presidentes de câmara designados pela ANMP-artº 38, da Lei nº 88/2015)
MUNICIPAL	Presidente Câmara	Comissão Municipal Protecção Civil (presidida pelo Presidente da Câmara).

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

NÍVEL	COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL
NACIONAL	Centro Coordenação Operacional Nacional (Nos termos do Dec. Lei nº 72/2013, segunda alt. do SIOPS, integra representantes da ANP, Forças Armadas, GNR, INEM, Inst. Português do Mar e Atmosfera, Instituto da Conservação da Natureza e Florestas - ICNF e outras entidades que cada ocorrência que em concreto venha a justificar-)
DISTRITAL	Centro Coordenação Operacional Distrital (Os mesmos representantes do CCON exceto o Instituto Português do Mar e da Atmosfera)
MUNICIPAL	Comissão Municipal Protecção Civil (Presidente da Câmara, Coordenador municipal da PC, um elemento do comando de cada CB, um elemento das Forças de Segurança, Capitães dos portos, Dirigente max. Da unidade saúde, representante Seg. Social, representante das juntas de freguesia) – artº 41 da Lei 80/2015 de 3 de agosto.

ESTRUTURAS DE COMANDO OPERACIONAL

NÍVEL	COMANDO OPERACIONAL
NACIONAL	COMANDANTE OPERACIONAL NACIONAL/ ANPC/CONAC
AGRUPAMENTOS DISTRITAIS(Dec.Lei nº 72/2013 de 31 maio, 2ª alt. do SIOPS, Dec-Lei 134/2006 de 25 de Julho). (NORTE, CENTRO NORTE, CENTRO SUL, SUL, ALGARVE)	COMANDANTE DE AGRUPAMENTO DISTRITAL / CADIS
DISTRITAL	COMANDANTE OPERACIONAL DISTRITAL/ANPC/CODIS
MUNICIPAL	COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL (COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL, NOS TERMOS DA LEI Nº 80/2015 DE 3 DE AGOSTO)
LOCAL	COMANDANTE CORPO BOMBEIROS
TEATRO OPERAÇÕES	COMANDANTE OPERAÇÕES SOCORRO

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

MUNICIPALIZAÇÃO DA PROTECÇÃO CIVIL

- Só em 1991, com a publicação da 1ª lei de bases da Protecção Civil (Lei nº 113\91 de 29 de Agosto) os municípios assumem competências em matéria de protecção civil, na linha do modelo francês.
- A actual lei de bases, lei nº 27/2006 de 3 de Julho, reforçou a ideia de que o município é a base da protecção civil.

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

MUNICIPIALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO CIVIL

FUNÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- A lei nº 80/2015 de 3 de Agosto, (2ª alteração a lei de bases, 27/2006) volta a dar ênfase a municipalização da proteção civil, referenciando o Presidente da Câmara, como autoridade Municipal de Protecção Civil, a quem "Compete desencadear na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe , as ações de proteção civil de Prevenção, Socorro, Assistência e Recuperação em cada caso." (artº.35)
- **ASSIM, O QUE COMPETE AO MUNICIPIO DESENVOLVER?**

Proteção Civil Municipal

O Elo mais Fraco?

(Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro)

**Define o enquadramento institucional e operacional da
proteção civil municipal**

- Levantamento, previsão, avaliação e prevenção de riscos coletivos do município;
- Analise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco;
- Planear a emergência e o apoio às populações (saber que locais e grupos vão ser mais afetados e o que fazer para os apoiar nas suas necessidades básicas);
- Coordenar os diferentes parceiros municipais (serviços municipais de proteção civil e outros serviços da Câmara, Juntas de Freguesia, IPSS, unidades de saúde, entidades privadas, entre outros).

Proteção Civil Municipal

O Elo mais fraco?

(Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro)

**Define o enquadramento institucional e operacional da
proteção civil municipal**

- Comunicar o risco às populações (como é que a informação pode chegar rapidamente às pessoas).
- Previsão e planeamento atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal.

Proteção Civil Municipal

O Elo mais Fraco?

(Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro)
Define o enquadramento institucional e
operacional da proteção civil municipal

- Garantir que os serviços básicos do município funcionam numa situação de emergência (água, saneamento e energia);
- Assegurar a reposição da normalidade numa situação de emergência (que serviços do município funcionam após uma catástrofe);

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

- A realidade dos Municípios Portugueses é muito heterogénea , quanto ao cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, mormente ao nível do desenvolvimento de Serviços Municipais de Proteção Civil.
- Alguns Municípios criaram capacidades e meios próprios de resposta face à perceção de risco elevado (Ex: Lisboa, Porto, Braga, Setúbal , Vila Nova de Gaia, Coimbra), onde existem corpos profissionais de bombeiros sapadores.
- Outros Municípios como por ex. Figueira da Foz, Leiria, Alpiarça criaram corpos de bombeiros Municipais e outros ainda, corpos de bombeiros mistos(Municipais + Voluntários).

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

Outros Municípios não criaram capacidades próprias porque:

- Decidiram apoiar o que já existe e funciona bem;
- Evitar duplicação e desperdícios;
- As Câmaras não tem vocação para estas áreas;
- Ou pura e simplesmente, nada fazer porque se entende (erradamente) que essa não é uma competência dos Municípios.
- Há ainda situações e tipologias de risco em que foi mais fácil e eficaz delegar competências, como é o caso das Equipas de Sapadores Florestais, contratualizadas entre os Municípios e o Instituto conservação da natureza e florestas (ICNF).

Proteção Civil Municipal o elo mais Fraco?

- Explicações possíveis para não investir em Serviços Municipais:
- Alguns Autarcas (e as populações) não têm na memória qualquer acidente grave ou catástrofe, o que poderá dificultar o investimento em estruturas de prevenção, segurança e proteção.
- Ou seja, é difícil explicar o porquê da necessidade de um sistema ser construído e mantido, para uma ocorrência que “não se sabe quando vai acontecer, nem sequer se vai acontecer, enquanto estiver em funções”!!!!!!!!!!!!

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

- Subsiste um défice de clarificação das competências reais e concretas em cada um dos níveis do sistema de socorro e a falta de eficácia da articulação/coordenação do nível municipal com os outros níveis.
- Constata-se uma clara desresponsabilização do nível Municipal (a realidade é muito heterogénea, ou seja, os municípios não respondem todos da mesma maneira) alguns autarcas não reconhecem (ou não querem reconhecer) o seu papel de liderança quanto à proteção e segurança das suas comunidades, o que ajuda a explicar o incipiente esforço nas áreas da proteção civil.

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

- Desrespeito pelo princípio da Subsidiariedade, com intervenção do nível Distrital em ações do municipal, algumas vezes também por incapacidade do nível municipal;
- Elevado défice de técnicos qualificados ao nível dos Serviços Municipais de Proteção Civil, da maior parte dos Municípios;
- Défice de prevenção nas áreas correspondentes ao município (ex. silvicultura preventiva, limpeza de matas e de zonas de inundação, acessibilidades, entre outras).

Proteção Civil Municipal

O elo mais fraco?

- Défices de sensibilização, informação, formação e treino das populações para situações de Proteção Civil designadamente, medidas de autoproteção, resiliência e prevenção de riscos;
- Défice de uma cultura de Proteção Civil em Portugal com base nos cidadãos, em núcleos locais de Proteção civil que assenta na população voluntária, com formação, informação e treino ativo para desenvolver um extraordinário trabalho no antes e no pós-emergência – ou seja, criar organizações comunitárias eficazes com papéis bem definidos na preparação local para a resposta.

Organização e Gestão da Protecção Civil

